Procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Cascais para a carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de Licenciatura em Engenharia Civil (CNAEF 582), com inscrição na respetiva ordem profissional como membro efetivo, para exercício de funções na Divisão de Obras (DOBR)

ATA N.º 4

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas 16h23, reuniu, através de meios telemáticos, o Júri do procedimento concursal comum com vista à ocupação imediata de (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Cascais para a carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado a titulares de Licenciatura em Engenharia Civil (CNAEF 582), com inscrição na respetiva ordem profissional como membro efetivo, para exercício de funções na Divisão de Obras (DOBR), aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 23 de julho de 2024 que recaiu sobre a proposta n.º 949-2024 [DRH], e publicado sob o Aviso n.º 7481/2025/2, no Diário da República 2.ª série, n.º 56, e na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta OE202503/0713, ambos de 20 de março de 2025.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente do júri: Miguel Fernando Martins Nunes, Diretor do Departamento de Promoção de Habitação.

Vogal Efetiva:

1.ª Vogal: Marta Filipa Felizardo, Chefe da Divisão de Projetos Estruturantes;

Vogal Suplente:

2.ª Vogal: Vera Calha, Chefe da Unidade de Apoio Técnico.

A reunião do Júri teve como finalidade deliberar sobre o seguinte assunto, que constituiu o ponto único da ordem de trabalhos da reunião: Apreciação de exposição apresentada por uma candidata.

1. Relativamente ao **ponto único** da ordem de trabalhos, e após a notificação do agendamento do 1.º método de seleção "Prova de Conhecimentos", a candidata **Catarina Gomes**, veio, por e-mail datado de 28 de maio, p.p., referir que por já deter vínculo à função pública não lhe seria aplicável esse método de seleção, pelo que, no caso, e por exclusão de partes, será aplicável o método "Avaliação Curricular".
2. Alertado para esta factualidade assinalada pela candidata, o Júri tornou a ver a sua candidatura, para perceber o motivo da sua interpeleção, e constatou que a candidata juntou, efetivamente, comprovativo de vínculo à função pública na carreira e categoria concursada.
3. E que, no seu formulário, a candidata não declarou afastar o método de seleção "Avaliação Curricular", aplicável a candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como no recrutamento de

candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, em detrimento do método de seleção "Prova de Conhecimentos".

4. Doutra banda, na declaração comprovativa de vínculo de emprego público, remetida pela candidata, lê-se o seguinte: «*IDENTIFICAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO: grau 3 de complexidade funcional – anexo a que se refere o n.º 2 do art.º 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – "Apoio técnico a Obras em Habitação e Edifícios".*» [sic].
5. Por seu turno, as funções colocadas a concurso são, conforme o disposto no anexo a que se refere o n.º 2 do art.º 88.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho: «*Exercer, com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e de aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica inerentes à respetiva área de especialização e formação académica, que visam fundamentar e preparar a decisão, elaborar, autonomamente ou em grupo, pareceres e projetos com diversos graus de complexidade, executar outras atividades de apoio geral e especializado*» [sic];
6. E, mais concretamente, «*incumbendo-lhe, genericamente, a coordenação e elaboração de projetos, a elaboração de informações e relatórios técnicos no âmbito da Engenharia Civil e a fiscalização e acompanhamento de obras.*» [sic].
7. Este último trecho das funções específicas a desempenhar no posto de trabalho a ocupar para a Divisão de Obras, pode subsumir-se às funções de "apoio técnico a Obras em Habitação e Edifícios" que a candidata atualmente desempenha, conforme o referido na declaração apresentada.
8. Neste conspecto, reconhecendo uma identidade funcional entre as funções que a candidata desempenha no órgão administrativo em que se encontra atualmente empregada e as funções concursadas, e atendendo à participação da candidata, o Júri deliberou revogar a decisão de sujeitar a candidata ao método de seleção "Prova de Conhecimentos", e sujeitá-la, antes, ao método de seleção "Avaliação Curricular", nos termos e critérios previstos na Ata n.º 1 e no Aviso integrado do procedimento concursal publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP) com o código de oferta OE202503/0713, de 20 de março de 2025.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 16h40, da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Presidente

1.ª Vogal Efetiva

2.ª Vogal Suplente